

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 017, DE 11 DE MARÇO DE 2016.

Institui adicional de função aos servidores municipais integrantes da Comissão de Coordenação e Fiscalização de Concurso Público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

L E I

Art. 1º Fica instituído o adicional de função aos servidores municipais integrantes da Comissão de Coordenação e Fiscalização de Concurso Público.

Art. 2º A gratificação será mensal e corresponderá ao valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) à cada servidor, designado através de portaria a integrar esta Comissão, que é composta por 05 (cinco) servidores.

Art. 3º Enquanto receberem este adicional e realizarem atividades relacionadas ao Concurso Público e/ou Processo Seletivo fora de seus horários de trabalho normal, os servidores não farão jus ao recebimento de horas extraordinárias, tampouco período compensatório.

Art. 4º O presente adicional de função não incorporará o vencimento do servidor, cessando o pagamento quando cessar a atividade na função.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 11 de março de 2016.

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

THAÍS ALMARA QUINTANA
Secretária da Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a esta Egrégia Câmara, o Projeto de Lei Municipal nº 017, de 11 de março de 2016, que: ***"Institui adicional de função aos servidores municipais integrantes da Comissão de Coordenação e Fiscalização de Concurso Público, e dá outras providências."***

O presente projeto de lei tem como intuito conceder uma vantagem aos servidores que são designados à compor esta Comissão, considerando que os mesmos são responsáveis por atribuições de coordenação e fiscalização de concurso público, os quais são essenciais para o correto deslinde do processo seletivo. Todas as atribuições dos membros da Comissão estão esmiuçadas no Decreto nº 5622, de 30 de julho de 2013, que se encontra a disposição dos nobres Edis, caso desejarem.

Acredita-se que com o adicional ora proposto se estará estimulando os servidores a desempenharem com maior eficiência a execução dessas atribuições, bem como compensá-los pela responsabilidade e pelos dias em que os mesmos deverão trabalhar fora do horário de serviço, nos sábados e/ou domingos que se realizará as provas objetivas e/ou práticas e/ou de esforço físico e/ou cursos de capacitação, dentre outros, que o concurso público e/ou processo seletivo exigirem, sendo que com este adicional o servidor não fará jus ao recebimento de horas extraordinárias, tampouco período compensatório.

É de se ressaltar que foi efetivado impacto orçamentário-financeiro, em anexo, nos termos dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000, sendo que a despesa não afeta os resultados nominais e primários, fixados respectivamente para o exercício de 2016.

Sendo assim, e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal